

## A POLÍTICA DO PODER: O EXÉRCITO NA ERA DE AUGUSTO\*

*Maria Aparecida de Oliveira Silva<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Após as vitórias sobre Marco Antônio e Crasso em Actium, Augusto implementou mudanças na política militar, ao ser aclamado imperador de Roma, centralizando o comando do exército sob seu controle. O objetivo deste artigo é demonstrar que sua política contribuiu para a construção de uma nova ordem militar, cuja influência estendeu-se por toda a história política de Roma.

**PALAVRAS-CHAVE:** Augusto, Exército Romano, Política Romana

**ABSTRACT:** After the victories over Marcus Antony and Crassus in Actium, Augustus implemented changes of the military policy and centralized the command of the Army under his control immediately after he was acclaimed emperor of Rome. The aim of this article is to demonstrate that his policy contributed to construct a new military order and its influence was spread throughout the political history of Rome.

**KEYWORDS:** August, Roman Army, Roman Policy

### O papel do exército nos primeiros anos de Augusto

Ao tomar ciência do assassinato de Júlio César, seu sobrinho-neto, Otaviano, partiu de imediato à cidade de Roma, onde Marco Antônio já se preparava para suceder o ditador. Otaviano impediu que Marco Antônio e alguns membros do Senado ocupassem o poder político ao pressioná-los à leitura do testamento no qual Júlio César, que também era seu pai adotivo, o nomeia seu sucessor. As circunstâncias, que se apresentavam após a abertura do testamento, levaram à formação do triunvirato: Otaviano, Marco Antônio e Lépido. O primeiro passo de Otaviano para garantir a sua participação no governo romano, mesmo com a oposição da sua mãe e do seu padrasto - Marco Filipo - foi dado

\*Este artigo é fruto de um trabalho final de curso de Pós-Graduação, intitulado: "Permanências e Transformações no Principado de Augusto", ministrado pela Profa. Dra. Maria Luíza Corassin.

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pelo Departamento de História da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. FFLCH/USP. Bolsista da FAPESP E-mail: madsilva@usp.br

quando ele reivindicou o seu direito adquirido de exercer o poder em Roma. Esses fatos, narrados por Suetônio na biografia de Augusto, demonstram o interesse de Otaviano em adentrar a esfera do poder romano, tal empenho resultou-lhe em doze anos de poder partilhado e quarenta e quatro anos de absoluto poder.

Nota-se na narrativa de Suetônio que, para o exercício e a manutenção desse poder reivindicado por Otaviano, fez-se necessária a imediata organização de um exército particular, como pode ser visto nesta passagem:

Então, ele recrutou tropas e doravante governou o Estado, primeiro com Marco Antônio e Lépido, depois só com Marco Antônio durante doze anos e, finalmente, sozinho por quarenta e quatro anos (*Suetônio, VIII, 3*).

Da necessidade de organização de um exército para o exercício do poder em Roma depreende-se que esta sociedade estava permeada pela violência, incitada pelas disputas internas, o que tornava o poderio bélico de um governante o instrumento indispensável para sua permanência no poder. Cumpre ressaltar que o uso do exército como suporte político se acentuara após as conquistas romanas decorrentes das Guerras Púnicas. As novas dimensões do território romano reclamavam a formação de um exército capaz de mantê-las e administrá-las, a fim de que se mantivessem alinhadas e aliadas à política romana.

Os problemas de tal expansão apresentaram-se quando os fatos demonstraram que as conquistas romanas não eram apenas do Império Romano, pois os líderes do exército romano desfrutavam de grande prestígio junto aos povos conquistados, desse modo, a autoridade do Império Romano foi suplantada pela autoridade dos líderes locais, fenômeno observado na Gália com César. A personificação das conquistas em Roma teve como resultante o aparecimento de diversos exércitos dentro de um, gerando uma fragmentação que atingiu não apenas o poder militar, mas também o poder político. Um dos artifícios de Otaviano para agregar várias legiões foi o de adotar o nome de César, passando a se chamar César Otaviano.

Nesse quadro de incertezas e divergências políticas, César Otaviano apresenta-se como a figura do filho ultrajado que estava decidido a vingar a morte do pai, com isso, parte dos veteranos leais a Júlio César passou a integrar seu exército, pois como apontou Southern (2001: 36-37), as legiões cesarianas e seus veteranos estavam inseguros

quanto à escolha do novo comandante e, com isso, muitos se aliaram ao exército de Marco Antônio, o qual havia recebido o comando da Macedônia e o governo da Gália Cisalpina. A nosso ver, este sentimento de vingança, manifesto novamente na guerra contra Marco Antônio, foi utilizado com mestria por César Otaviano no intuito de gerar uma comoção social e com isso obter a aprovação dos cidadãos, uma vez que ele era o indivíduo que simbolizava essa luta contra os infiéis.

A adesão da sociedade romana ao empreendimento bélico de César Otaviano contra os assassinos de Júlio César e, posteriormente, contra Marco Antônio e Cleópatra, revela que os romanos ansiavam por um indivíduo que conduzisse Roma ao caminho da ordem e da paz internas. No período de *interdictio aquae et ignis*, isto é, de exílio e confisco dos bens dos inimigos da República (PICCAROLO, 1939: 11) e da eliminação dos assassinos de Júlio César, conforme concluiu Néraudau (1996: 78), a imagem de César Otaviano era a de um homem arrivista, ambicioso, violento, detentor de um perfeito cinismo e uma vontade obstinada de ocupar o poder. Depreendemos de tais acontecimentos que as medidas violentas de Augusto pretenderam eliminar as facções coexistentes no cenário político romano as quais impediam o restabelecimento da ordem social.

César Otaviano tinha motivos de natureza pública e privada a justificarem a vingança pela morte de Júlio César, tendo em vista sua relação de parentesco e sua legitimidade sucessória. Em virtude disso, qualquer atitude de Otaviano nesse sentido contaria com o apoio dos romanos, pois eles também sentir-se-iam vingados, uma vez que Júlio César, conforme a vontade popular, seria sagrado ditador vitalício, mas sua morte impediu que isso ocorresse. César Otaviano era o representante do *Divus Julius*, a ele cabia a missão de vingar a morte de seu pai, o seu assassinato se tratava de uma questão pessoal e de Estado para Augusto, portanto, suas ações corresponderam às expectativas dos romanos, conferindo legitimidade à contínua supressão dos opositores da República.

A justificativa para o uso extremado da violência nos primeiros anos de César Otaviano está nas primeiras linhas das *Res Gestae*, nas quais é possível notar que Augusto obteve a aceitação da sociedade, representada na figura dos Senadores, os quais o agraciaram por suas iniciativas de extinguir os grupos contrários, como pode ser observado nesta passagem:

Na idade de dezenove anos, recrutei, por iniciativa própria e com os meus próprios recursos, uma armada que me permitiu dar liberdade ao Estado que era oprimido por uma facção. Como recompensa, o Senado, por meio de seus decretos honoríficos, admitiu-me em seu círculo, no consulado de Caius Pansa e de Aulus Hirtus, dando-me o direito de falar no mesmo nível dos consulares, e ainda, conferiram-me o *imperium*" (*Res Gestae*, I, 1-2<sup>2</sup>)

Esses anos de violência, na interpretação de Néraudau, estavam sob o signo da dor e do furor, em latim *dolor* e *furor*, dois sentimentos característicos da psicologia dos heróis da tragédia latina. A *dolor* seria o desejo de vingança, enquanto o *furor* nasceria do destino incontestado do herói de cometer atos terríveis, eliminando compulsivamente os inimigos, como comportava o seu destino heróico (Idem: 83). Ainda no entender do autor, César Otaviano soube aproveitar a imagem de *uindex libertatis*, ou seja, de defensor da liberdade; primeiro, ao declarar guerra aos contrários à manutenção da República e, posteriormente, ao investir contra Marco Antônio, atuando como protetor do Ocidente contra as traições do Oriente. Dessa maneira, César Otaviano pretendia amenizar as sucessivas ações violentas que marcaram os anos de 43 a 31 a. C., isto é, desde a constituição do triunvirato até a vitória em Ácio (Idem: 136).

A união de Marco Antônio e Cleópatra incomodava o sentimento romano de superioridade nutrida em relação ao mundo Oriental, que em última instância era grego, à medida que os romanos percebiam a orientalização de Marco Antônio, fato explorado por Augusto como prova da traição aos costumes e à tradição romana cometida pelo triúmviro Marco Antônio. Trabalhos arqueológicos recentes demonstram que não faltavam indícios do fascínio que Cleópatra e o Oriente exerceram sobre Marco Antônio, por volta de 34-35 d. C., foram cunhadas moedas em que essa união é celebrada (BADIAN, SHERK: 1984: 111). Além do testamento de Marco Antônio, que revela a intensidade do romance do triúmviro com a rainha egípcia, havia muitas outras provas desse envolvimento que poderiam ser utilizadas por César Otaviano.

Na vida de Marco Antônio, escrita por Plutarco, observa-se que havia uma espionagem que informava César Otaviano sobre os fatos ocorridos no palácio egípcio, estas as informações chegavam, incontinentemente, ao conhecimento do povo romano, como vemos neste trecho:

<sup>2</sup> As traduções são de responsabilidade da autora.

Quando ela adentrou o palácio, no desejo de agradá-la, presenteou-a com regalos que não se pode dizer de porte pequeno, nem de pouco valor: a Cele-Síria, Chipre e grande parte da Cilícia; somada à região da Judéia produtora de bálsamo e parte da Arábia Nabatéia que confina com o mar Exterior. Estes presentes provocaram indignação nos romanos. (*Antônio, XXXVI, 2*)

A propaganda de César Otaviano contra a união de Marco Antônio resultou na construção da imagem de um traidor do povo romano que pretendia orientalizar o ocidental mundo romano, destruindo sua tradição e colocando-o sob o domínio de uma bárbara. Essa imagem de Marco Antônio atendeu às expectativas de César Otaviano, pois redundou no fortalecimento de seu poder e na adesão de novas legiões a seu exército.

Como observou Piccarolo, a verdadeira política de César Otaviano se inicia após a batalha de Ácio, com a eliminação de Marco Antônio e de toda a oposição (PICCAROLO, 1939: 123). Depois do evento, César Otaviano mudou sua política de extermínio para tornar-se o pacificador, unificando as instituições e centralizando o poder em suas mãos. Como notamos, as alterações na natureza da política de César Otaviano devem-se à derrubada de seu último e representativo inimigo, Marco Antônio. Com a unificação do poder político e militar, somada à sua consagração em *Imperator* e *Augustus*; o novo Imperador preocupou-se em conferir unidade à fragmentada sociedade romana, pondo fim às insatisfações existentes. Como pode ser percebido nessa passagem de Tácito:

Quando o assassinato de Brutus e Cassius tinha desmantelado a República; quando Pompeu tinha sido esmagado na Sicília e, com Lépido neutralizado, e Marco Antônio assassinado e, até mesmo o partido Juliano estava sem líder, Augusto, após renunciar seu título triunviral e autoproclamar-se um simples cônsul, com autoridade na tribuna para defender os comuns, primeiro pacificou o exército por meio de gratificações, cativou a população barateando o milho, reconciliou o mundo com suas cortesias de paz que, passo a passo, iniciaram sua ascensão e que unia em sua própria pessoa as funções do Senado, de magistratura e da legislatura. Não havia oposição, os mais corajosos espíritos haviam sucumbido em campos de rendição ou por meio de proscrição, enquanto o resto da nobreza encontrou uma agradável aceitação da escravidão, o meio mais fácil para a riqueza e obtenção de cargos. E como eles haviam tido sucesso na revolução, agora se sustentavam pela nova ordem e segurança preferível à antiga ordem e aventura. O estado das coisas também

não estava impopular nas províncias onde a administração pelo Senado e o povo havia sido desprestigiado pela animosidade dos magnatas e pela ganância dos funcionários públicos contra os quais havia uma frágil proteção no sistema legal para sempre desordenado pela força, pelo favoritismo ou, como último recurso, pelo ouro.” (*Anais, I, 1-3*)

No quadro retratado por Tácito, a fonte relata como a falta de liderança no partido Juliano propiciou a Augusto a ocupação desse vazio no comando, utilizando para isso do emprego da força militar. Ao instaurar o medo na sociedade, por intermédio de uma vigilância permanente, Augusto intimidava os mais acomodados, enquanto conquistava novas regiões com o uso da força militar, dessa forma, ele pode reduzir o preço do milho e com isso, obter o apoio popular. A importância do exército na constituição do Império é sentida na eliminação dos opositores e na conquista de novos territórios proporcionaram a Augusto sua ascensão e a conseqüente centralização do poder em suas mãos.

### O exército de Augusto

Com o recebimento das honras conferidas após a batalha de Ácio, Augusto unificou os exércitos, alcançando-se à condição de líder supremo da corporação. No parecer de Southern (2001: 197), a liderança de Augusto devia-se ao fato de que, embora a sua posição fosse a de *Princeps*, o primeiro entre os cidadãos, e de *Imperator*, comandante supremo do exército, seu comportamento era modesto e comedido. A legitimidade de seu comando estaria na *auctoritas* inerente à sua posição e invocada por Augusto, o que explicaria o fato de ele não ter criado um posto equivalente ao que ocupava no exército. Concluímos que Augusto não ambicionava incorporar sua imagem à do exército ocupando o mais alto posto dentro da corporação, seu intento era afirmar-se como um civil, cujo poder de *imperium* lhe conferia o comando do exército, deixando claro que os soldados lhe deviam obediência, uma vez que ele representava a sociedade civil. Dessa forma, colocava a sociedade civil acima do corpo militar, invertendo a ordem estabelecida no período das guerras civis.

No comando da corporação militar, ainda que Augusto propagasse a paz em sua ideologia estatal nos seus monumentos e construções (MACDONALD: 1986: 146), ele não podia romper com o que Finley (1985: 80) denominou de “Estado de conquista”. A *Pax Romana*, como concluiu Woof (1993: 172), não estava relacionada com a

ausência de guerras, mas significava um período em que os acordos militares eram de caráter terminativo ou preventivo. Para Woolf (Idem: 176), esse período representava a unidade do povo romano e o sentimento de *humanitas* criado pelo poder romano em seus assuntos políticos, relacionando a *Pax* ao seu Principado (Idem: 178). Pois como Le Bohec (1994: 207-208) apontou, a ideologia imperial estava embasada no trinômio: vitória, paz e prosperidade.

Na prática, a política romana mantinha a sua natureza expansionista pautada no seu poderio militar, assim, o exército permanecia uma peça fundamental na política de Augusto. É preciso considerar que Augusto escreveu nas *Res Gestae* que:

Eu tornei o mar pacífico e livre de seus piratas. Nesta guerra eu capturei cerca de 30.000 escravos os quais tinham escapado de seus donos e pegado em armas contra a República, e eu os devolvi aos seus donos para a punição" (*Res Gestae*, XXI,1)

A crer nos números de Augusto, conclui-se que seu exército era numeroso e bem armado para dominar tantos escravos. A questão principal é compreender como Augusto conseguiu tantas vitórias militares, sem conhecer profundamente os assuntos de guerra? Colaboraram para o seu sucesso os conselhos e as ações militares de Agripa, e, fundamentalmente, a presença atuante do exército nas conquistas do imperador, alcançada pela profissionalização de seus membros através do pagamento do soldo e da implementação de uma rígida disciplina militar. Além dessas medidas, outra de grande importância foi a redução do número de legiões do exército que passou de cinquenta para vinte e oito, redistribuindo-as em locais estratégicos visando a proteger as fronteiras do Império e a montar um sistema de segurança interna de Roma.

Augusto foi o primeiro a criar um exército permanente com vinte e oito legiões, mas no ano de sua morte incluía vinte e cinco permanentes, com aquartelamento regulares, efetivos e nomes definidos. Três legiões - XVII, XVIII e XIX - tinham sido aniquiladas no desastre de Varus e esses números jamais voltaram a ser usados. Com o pagamento do soldo, houve a profissionalização do exército e, como o soldado dependia da instituição, validou-a desenvolvendo um espírito corporativo imprescindível à coesão nas ações bélicas. A dedicação exclusiva ao serviço militar favoreceu a criação de novas técnicas que viabilizaram a conquista de territórios antes considerados inexpugnáveis (KEPPER, 1998: 160-161).

Entretanto, somente o pagamento do soldo não geraria resultados tão positivos à armada romana, fez-se necessária a organização interna da corporação, com o estabelecimento de regras visando à criação de uma disciplina, ou seja, de uma ideologia militar que garantisse a fidelidade do soldado ao seu Imperador. O exército imperial diferenciava-se, em muitos aspectos, do exército republicano, porém nota-se a permanência de práticas correspondentes ao período da República, como nos relata Suetônio:

Ele efetuou muitas mudanças e introduziu inovações no exército, ao mesmo tempo em que reviveu alguns costumes antigos. Ele exigiu rigorosa disciplina. E foi com muita relutância que ele permitia que mesmo seus generais visitassem suas esposas, mas somente na época do inverno. (Suetônio, XXIV,1)

As legiões romanas permaneceram com os mesmos nomes, números e títulos; para o soldado receber os benefícios da aposentadoria deveria servir por um longo período, a estrutura financeira que asseguraria o pagamento dos salários continuava a mesma. Até o ano de 5 d.C., o serviço militar admitia jovens de dezesseis anos, somente após esse ano, passou a recrutar rapazes a partir de vinte anos. No ano seguinte, em 6 d.C., Augusto criou o *aerarium militare* cuja função, por meio da cobrança de impostos, era obter fundos para o pagamento de gratificações aos soldados. Houve mudanças nas formas de arrecadação do erário para a provisão do exército e medidas de contenção de gastos como a proibição do casamento de soldados durante o serviço.

O Imperador autorizou a formação de um segundo exército, constituído de provinciais e no qual o comando era destinado aos oficiais romanos da classe equestre. Após vinte e cinco anos de serviço, esses homens tornavam-se cidadãos romanos. Essas legiões tinham, porém, uma situação inferior e eram chamadas de Auxiliares, servindo como parte acessória do exército romano. Sua finalidade era amenizar o peso do serviço militar para os cidadãos e eliminar a necessidade de recrutamento compulsório.

A importância da hegemonia marítima no mar Mediterrâneo para o controle de suas rotas comerciais concorreu para que Augusto criasse uma marinha permanente. Parte da esquadra ficava ancorada em Miseno, no sul da Itália, e a outra em Ravena, no Adriático. A frota era grande, estima-se que o número de remadores, marinheiros e soldados atingisse o contingente de dez mil homens. Os navios pequenos e leves eram usados principalmente em funções policiais como a perseguição e a caça de piratas.

As inovações continuaram, Augusto formou um grande destacamento com o objetivo especial de proteger a pessoa do Imperador. Ao contrário do costume anterior, um comandante-chefe, o da Guarda Pretoriana (*cohors praetoria*), fixara residência em Roma. Além da Guarda Pretoriana havia três cortes urbanas (*urbanae cohors*) recrutadas entre os cidadãos, as quais compunham uma espécie de polícia militar. A manifesta preocupação do Imperador com a sua integridade física revela a fragilidade das relações políticas em Roma, pois, a qualquer momento, poderia surgir um grupo de revoltosos interessado em usurpar-lhe o poder.

Outra providência adotada por Augusto, que evidencia seu temor de uma revolta militar que colocasse termo ao seu Império foi a retirada dos assuntos militares da competência do Senado e da Assembléia Popular (Idem: 150-154). Dessa forma, Augusto pretendia distanciar os civis da cultura militar. Seu principal objetivo dissociar os assuntos militares dos cidadãos e, com isso, pacificar os civis tendo em vista a sua própria proteção.

A preocupação de Augusto com as questões relativas à segurança da cidade, das províncias e com a figura do Imperador, revela a instabilidade do poder em Roma ao mesmo tempo em que explicam a longevidade do Império de Augusto. Se, por um lado, a reorganização da defesa do Império demonstrou a debilidade da estrutura do poder; por outro lado, ao concluí-la, Augusto conferiu segurança aos cidadãos e aos moradores de Roma, bem como a confiança de que o Império se tratava de algo duradouro.

Penso que a grande façanha de César Otaviano foi a de criar o Exército de Augusto, assegurando a preservação de todas as demais inovações implementadas durante o período em que esteve no poder. Como observou Le Bohec (*op. cit.*: 182), Augusto fez excelentes escolhas na esfera militar e não por coincidência, os melhores generais de seu exército integravam a sua família. Os casamentos de Júlia com Agripa, Lívia com Tibério e Antônio com Drusus são resoluções augustanas que apontam para a tênue relação existente entre a formação de um exército forte e a permanência de Augusto no poder.

### **O soldado de Augusto**

À medida que o Império crescia, aumentava a necessidade de efetivo militar para as guerras de conquista, bem como para a garantir o domínio das províncias conquistadas. O número de ricos cidadãos

romanos mostrou-se insuficiente para a demanda do exército, assim foi preciso incluir os pobres nas fileiras militares. Conforme Carrié (1991: 90), o exército ao abrir-se aos pobres e aos proletários, em busca de prestígio, de promoção no estatuto social e de salários, sem o sentimento de cidadania de outrora, dissociava o ofício das armas do ofício do nobre cidadão. Segundo o autor, tal característica do Exército de Augusto será a marca inovadora e permanente da versão do soldado romano.

Como formação militar, o soldado recebia um treinamento inicial que consistia em marchar diariamente a fim de aperfeiçoar o passo militar. Nos meses de verão, o soldado marchava vinte milhas romanas que deveriam ser concluídas em cinco horas, nessa estação, os soldados também praticavam a natação. Outros exercícios como a corrida, salto, treino com armas e carregamento de bagagens também eram executados pelo soldado (WATSON, 1985: 54-55). O estágio seguinte compreendia o aprimoramento das técnicas adquiridas durante o primeiro treinamento. O soldado recebia um treinamento físico específico desenvolvendo as habilidades com as armas, bem como aprendia a montar cavalos, sendo capaz de executar várias acrobacias com o animal (Idem: 61).

Após o treinamento inicial, o soldado era preparado para o combate em campo marchando corretamente por longas rotas com pesadas bagagens, aprendendo técnicas de sobrevivência em ambientes hostis e reconhecendo o território, estes soldados eram conhecidos como as mulas de Mário (*muli Mariani*). O objetivo básico desses treinamentos era conferir ao exército romano superioridade militar sobre o bárbaro nos embates. O soldado formado poderia aspirar a funções diferenciadas, entre elas, a de *immunes*, um soldado que era excluído dos serviços inferiores do acampamento (Idem: 75).

A despeito das mudanças implementadas por Augusto no exército, vários aspectos da antiga organização militar atuavam conforme a tradição, de acordo com Carrié (*op.cit.*: 91) dois princípios fundamentais foram mantidos: o conceito de cidadão-soldado, reinventado para soldado-cidadão e a exclusividade dos cargos de comando conferida às classes superiores. Ao exigir soldados com formação literária e aritmética para os cargos superiores, a seleção social que subjazeu no processo de escolha do comandante favoreceu a permanência dos bem-nascidos nos postos mais elevados e com salários diferenciados (TELLEGEN-COUPERUS, 1993: 81). O soldado, com conhecimentos literários e aritméticos, pertencia ao grupo dos *principales*, dentre as diversas funções desempenhadas, a mais comum era a de

escrivão (*librarius legionis*), contudo, o cargo que despertava o interesse do soldado qualificado era o de Centurião (WATSON, *op.cit.*: 77).

O soldado de Augusto recebia 225 denários por ano, a mesma quantia paga por Júlio César, não se sabe ao certo qual o valor pago aos comandantes das legiões. Os *vigiles* recebiam o mesmo valor dos soldados e as forças auxiliares, dependendo da função, poderia receber de 100 a 225 denários por ano. Já um integrante da Guarda Pretoriana percebia a quantia de 450 denários por ano (Idem: 95-99). Em um outro estudo no qual foram analisados papiros referentes ao pagamento dos soldados estacionados no Egito, Alston (1994: 121) concluiu que os auxiliares recebiam o suficiente para o pagamento das despesas com a sobrevivência e com as armas de guerra.

O exército romano empregava o sistema de premiações e punições para estimular a coragem do soldado e manter a disciplina do acampamento. A cerimônia da condecoração servia para recompensar o soldado pela sua marcada contribuição a Roma, na qual ele poderia receber colares (*torques*), bandanas (*armillae*) e discos (*phalenaes*). O grupo dos *principales* recebia coroas diversas como *corona áurea*, *corona vollaris* ou a *corona muralis*. Castigos exemplares eram aplicados aos soldados que rompessem com a disciplina militar, como por exemplo, o *decimation*, punição na qual dez homens de uma *cohorte* eram escolhidos para que fossem apedrejados ou golpeados pelos demais soldados da legião (Idem: 115-119).

Os severos castigos aplicados nos soldados indisciplinados e a rigorosa rotina militar contrapunham-se à imagem que os cidadãos civis faziam do soldado-cidadão, visto como dispendiosos, fanfarrões, enfim, um desperdício do erário. No entanto, o salário do soldado de Augusto, se comparado ao pago na época dos Gracos, 112 denários e meio, parece superior, entretanto, como observou Watson (*op. cit.*: 89), de 125 a. C. até o governo de Júlio César, o soldado recebia o salário após descontar o alimento e as armas consumidos, mas não pagava as vestimentas, enquanto na época dos Césares, havia a dedução dos gastos com vestuário, alimentação e armamentos, cujos preços eram reajustados mais amiúde, onerando as despesas do soldado (Idem: 89).

No entender de Carrié (*op. cit.*: 91), a exclusão do exército da sociedade civil foi a razão preponderante para que esta perdesse o contato com a realidade militar, construindo “verdades” a partir do imaginário popular civil sobre o soldado. Esse pensamento abstruso dos civis transformou o soldado numa abstração na qual “o soldado é um *miles*, termo singular com valor coletivo.” A visão equivocada do soldado alimentada pelos civis contrapõe-se à narrativa de Suetônio na qual a disciplina era fundamental para o exército:

Depois das guerras civis, ele nunca chamou nenhum dos membros das tropas de “companheiro”, nem na Assembléia e nem num edito, mas sempre “soldados” (...) pensando que esse termo tão bajulador “companheiros” não condizia com a disciplina militar, com a tranqüilidade dos tempos tanto no Estado como em seus assuntos privados (*Suetônio, XXI, 1*)

O impacto dos salários pagos aos militares na economia dos locais em que estavam estacionados nas fronteiras é percebido pelo aparecimento de cidades em torno dos acampamentos. A importância do soldado na dinamização da economia dos vilarejos ocorreu devido à sua condição de consumidor e, principalmente, pela sua atuação como agente responsável pelo aumento da disponibilidade de crédito na região, o que se dava por meio da concessão de empréstimos aos seus habitantes. O soldado operava como um agente econômico, como concluiu Carrié (*op. cit.:* 111), na qualidade de consumidor ou na de emprestador de pequenas somas, o soldado alimenta e propaga as formas monetárias da economia. Nesse contexto, o soldado desempenhava um papel importante para o crescimento econômico do Império, bem como para o fortalecimento das relações entre os romanos e os provinciais.

Para Carrié (*Idem:* 108), outra contribuição dos soldados para o fortalecimento do Império Romano estava na aculturação dos soldados oriundos das províncias, dessa forma, eles atuavam como um agente de unificação cultural, já que o exército romano propagava a sua “cultura militar”. A maior parte das legiões estavam estacionadas nas regiões menos desenvolvidas do Império, e, em certa medida, os soldados poderiam ser considerados os pioneiros da civilização romana. Segundo Watson (*op. cit.:* 144), os soldados eram o elemento-chave para a romanização do Império. As influências da cultura romana nas localidades onde havia legiões romanas apareciam nos hábitos alimentares, nas construções e na religião de seus habitantes.

A lealdade do soldado a Augusto compõe o pilar da disciplina militar romana. Sua fidelidade era assegurada pela propaganda estatal augustana, pelo pagamento do soldo, pelo juramento prestado nas Sete Colinas e ainda, pelo sentimento de orgulho de ser membro do exército da maior potência do mundo antigo. Embora, como apontou Keppie (1996: 382), a excessiva confiança no potencial militar de algumas legiões auxiliares poderia funcionar contra o Império, como por exemplo, na revolta da Panônia em 6 d.C. na qual os auxiliares da Dalmácia voltaram-se contra o seu comandante romano Maroboduus.

Restringir a lealdade do soldado de Augusto ao recebimento do soldo, constitui-se em uma visão tão equivocada quanto a de limitar o mérito de seu exército aos resultados de caráter meramente militar, pois desconsidera a sua função dinamizadora da economia, tais análises limitam o seu papel na disseminação da cultura romana pelos lugares mais longínquos do Império além de sua importância na ocupação territorial do Império. Ainda de acordo com Keppie (*op. cit.*: 377), em 16-14 a. C., Augusto e Agripa supervisionaram um programa de colonização e assentamento de colonos nas províncias, provavelmente, aqueles que lutaram em Ácio. Em suma, nota-se que Augusto percebeu no exército o apoio necessário para o desenvolvimento de sua política imperialista, valorizando-o, prática repetida por seus sucessores.

### Conclusão

Sem desconsiderar a propaganda imperial presente nas artes cênicas, na literatura, nas construções, nos monumentos, é preciso avaliar que a violência percebida na época republicana não se dissipou com a mudança de governante, ela permaneceu, o que mudou durante o Principado de Augusto foi o bem-sucedido controle da violência ainda existente, bem como a eliminação dos grandes opositores e a cooptação dos pequenos.

Visto que a violência já estava entranhada na mentalidade dos romanos, foi necessária a adoção de medidas eficazes para refreá-la, tais como; instauração de uma milícia interna para controlar os ânimos mais exaltados, a criação de uma guarda pessoal para o Imperador - Guarda Pretoriana - a fim de garantir-lhe estabilidade no poder. Além dessas medidas, também pode-se destacar o posicionamento das legiões em territórios estratégicos do Império para a proteção das fronteiras enfim, a violência no território romano permanecia sob o controle do Imperador, que estava sob a égide do exército.

Em suma, desde a sua decisão de tomada do poder até a criação do Principado, Augusto encontrou no exército a ferramenta mestra para operar mudanças na sociedade romana, adotando políticas ordenadoras e voltadas para o desenvolvimento econômico e social de Roma. O seu êxito deveu-se à eficiente política de propaganda imperial aliada à uma rígida estrutura de segurança pessoal e do Império cujo pilar precípua era a disciplina e a fidelidade do Exército de Augusto. Tais procedimentos políticos estavam presentes nas estratégias políticas dos imperadores subseqüentes a ele.

## BIBLIOGRAFIA

- ALSTON, R. Roman Military Pay from Caesar to Diocletian. *JRS*. Vol. LXXXIV, pp. 113-123, 1994.
- BADIAN, E. SHERK, K. *Rome and the Greek East to the death of Augustus: Translated Documents of Greece and Rome*. vol. 4, Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- CARRIÉ, Jean-Michel. O soldado. In: GIARDINA, Andrea (org.) *O homem romano*. Lisboa: Presença, pp. 87-115.
- FINLEY, M. I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- HARRIS, William V. *War and Imperialism in Republican Rome (327-70 B.C.)*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- KEPPIE, Lawrence. The army and the Navy. In: *CAH*. Vol. X: The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 371-396.
- \_\_\_\_\_. *The Making of the Roman Army from Republic to Empire*. London: Routledge, 1998.
- LE BOHEC, Yann. *The Imperial Roman Army*. London: Batsford, 1994.
- MACDONALD, W. L. Empire Imagery in Augustan Architecture. In: WINKERS, R. *The Age of Augustus*. Louvain, Providence: Université Catholique de Louvain, Brown University, 1986, pp. 137-148.
- NÉRAUDAU, Jean-Pierre. *Auguste: la brigue et le marbre*. Paris: Belles Lettres.
- PICCAROLO, A. *Augusto e seu século*. São Paulo: FFLCH, 1939.
- PLUTARCH. A Life of Antony. In: *Lives*. Vol. IX, Transl. Bernadotte Perrin. London, Cambridge, Massachusetts: Willian Heinemann & Harvard University Press, 1988.
- RES GESTAE divi Augusti. Texte établi et commenté par Jean Gagé. Paris: Belles Lettres, 1935.
- SOUTHERN, Pat. *Augustus*. London, New York: Routledge, 2001.
- SUETONIUS. *De Vita Caesarum*. Trad. J. C. Rolfe. Cambridge, London: Harvard University Press, 1989.
- TACITUS. *The Annals*. Transl. John Jackson. Cambridge, London: Harvard University Press, 1992.
- TELLEGEN-COUPERUS, Olga. *A Short History of Roman Law*. London: Routledge, 1993.
- WARRY, John. *Warfare in the Classical World*. London: Salamander, University of Oklahoma Press, 1995.
- WATSON, G. R. *The Roman Soldier*. London: Thames and Hudson, 1985.
- WOOLF, Greg. Roman Peace. In: RICH, John, SHIPLEY, Graham. *War and Society in the Roman World*. London, New York: Routledge, 1993, pp. 171-194.